

Manoel Rodrigues Calheiros: trajetória do médico e político

Diego Carvalho da Silva (UFF)

POR QUE NÃO UMA BIOGRAFIA?

Este trabalho se propõe a construir a trajetória política do médico alagoano Manoel Rodrigues da Silva Calheiros, o de conhecer, dentro do possível, os caminhos percorridos por este personagem, para que assim possamos chegar ao contexto do recorte temporal que esta pesquisa se propôs aprofundar. Foi preciso fazer uma pesquisa minuciosa e trabalhosa, em que se buscou conhecer sua origem familiar, partindo-se para sua formação escolar e acadêmica, sua convivência nas redes de sociabilidades, sua relação com os filhos e a visão de mundo que fora sendo construída dentro de um universo diverso e amplo, que nem sempre fora ditado pela coerência ou por regras rígidas e isoladas.

Foi preciso assim, mergulhar no universo das culturas políticas¹ que influenciaram a formação contínua das ideias daquele médico, tendo-se a clara convicção que apesar de todos os cuidados e do rigor desta pesquisa restarão ainda lacunas a serem preenchidas, não sendo isso visto como um problema, mas sim onde se localiza o valor de uma pesquisa histórica.

Foge-se nesta pesquisa de uma perspectiva em que se busca valorizar os grandes personagens, afinal cada vez mais isso vem sendo superado no campo historiográfico, seguindo-se neste trabalho um pressuposto sugerido por Levillain quando afirmara que:

Esse tipo de biografia pode também revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Tudo depende do nível significativo do personagem. E é certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico.¹

Buscou-se neste fragmento de uma pesquisa mais ampla, narrar a vida de um personagem articulando os acontecimentos individuais com os coletivos, observando

¹ Levillain, op. cit., p. 175.

esta relação como uma via de mão dupla, sem nos deter a uma análise que privilegia o viés individualista, como também o estruturalista. Sendo assim, apesar da biografia ser um campo frequentado por outros profissionais, como no caso especial dos jornalistas, os historiadores devido a todos esses suportes analíticos citados acima, além do rigor de sua pesquisa, tem ainda como função de ser um fiel crítico aos documentos, algo que geralmente não é tão valorizado pelos que não são deste da História. Deve-se enfatizar, por fim, que foram tomados os devidos cuidados ao se expor a vida privada de um personagem que apesar de já ter partido desse mundo, deixou parentes e amigos que podem se deparar com esta pesquisa, afinal deve ser um princípio norteador do trabalho do historiador o seu compromisso com a ética e do respeito antes de tudo ao biografado.

NAS MARGENS DO MUNDAÚ

É nas margens do Rio Mundaú, no estado de Alagoas que começa a trajetória do nosso personagem, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Este rio nasce no município de Garanhuns no agreste pernambucano e adentram por terras do norte do estado de Alagoas até chegar ao litoral central onde desemboca na laguna do Mundaú. O progresso econômico da região banhada por este Rio teve início ainda no Período Colonial, no princípio do século XVIII, tendo o açúcar sido o produto de mais destaque na economia dessa região no período.

Os engenhos seculares, também conhecidos como banguês, começam a entrar em declínio na década de 1870. Segundo Moacir Medeiros de Sant'ana², isso ocorrera em decorrência do baixo rendimento da produção e dos métodos obsoletos utilizados no cultivo da cana, algo que ficara mais evidente após a fundação das primeiras usinas de açúcar em Alagoas. Este autor ainda afirma que outro motivo que levava a decadência fora o desinteresse dos filhos dos proprietários agrícolas pelas atividades ligadas à terra. Com todo o cenário econômico em transformação, os costumes também vão também se transformando, assim como os valores, como no caso dos filhos dos senhores de engenho, que passam a optar por uma vida

longe do campo e partem para as zonas urbanas e passam a se dedicar a outras atividades. As mais comuns, foram sem dúvida, a do direito ou da medicina. A política também tradicionalmente sempre fora uma opção imbricada aos costumes aristocráticos.

Eis que chegamos ao caso do nosso personagem, nascido em 7 de julho de 1902, em Santa Luzia do Norte, na propriedade da família o Engenho Pau-Amarelo, às margens do Mundaú, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros, viria a ser mais um destes que viu com seus próprios olhos o cenário decadente dos banguês e tivera que seguir um rumo distinto dos seus antecedentes. Seus genitores Rosa Moreira da Silva Calheiros e de Manoel Rodrigues Calheiros Lins, proprietário do Engenho Pau-Amarelo e eram membros de uma tradicional família de origem portuguesa que viera para o Brasil durante o Período Colonial. Perdeu sua mãe quando tinha apenas três anos de idade, devido à complicações durante um parto, tendo seu pai passado a viver com uma mulher conhecida apenas por Joaquina, segundo informações de seus familiares. Apesar do longo esforço do pai e mais tarde de seus herdeiros para contornar a crise que vinha se alastrando nos primeiros anos do século XX, pouco pode ser feito, afinal o avanço das usinas fora devastador, tendo a crise se agravado e as despesas elevadas no decorrer do tempo.

Ainda quando ainda criança, Manoel Calheiros, foi para a capital Maceió para concluir os estudos básicos no Colégio XV de março, que era coordenado pelo professor Agnelo Marques Barbosa. Não se sabe com exatidão quando, mas os indícios indicam que entre 1918 e 1919, após concluir os estudos básicos, Calheiros optou por estudar na Bahia, onde iniciou sua graduação na Faculdade de Medicina de Salvador, de onde partiu pouco tempo depois para o Rio de Janeiro com o intuito de concluir o curso superior na Capital Federal. Nesse tempo já tinha perdido seu pai e passou a viver com o auxílio enviado pelos irmãos que administravam as terras deixadas pelo seu pai. Segundo informações presente no livro de memórias de seu filho Vladimir Calheiros³, devido à intensificação dos problemas financeiros, além de divergências familiares, a ajuda financeira que era enviada foi sendo reduzida, tendo precisado trabalhar pela noite no Hospital Miguel Couto, para complementar sua renda. O curso foi concluído em 1925, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,

onde defendera sua tese de doutoramento em 1º de setembro do mesmo ano, na Cadeira de Clínica Psiquiátrica que fora aprovada com distinção. Nesse período que viveu no Rio, devido ao ritmo exaustivo de estudos e trabalho, terminou ficando muito debilitado, algo que foi agravado por uma pneumonia, fazendo com que decidisse voltar para Alagoas para se tratar depois de ter concluído o curso.

Em meados de 1927, Manoel Calheiros, parte de Alagoas, em direção a São Paulo, passando por algumas cidades do interior, como Marília, Novo Horizonte, tendo se instalado, por fim, em Borborema, onde passou a residir a partir de meados de 1928. Nela exerceu seu ofício de clínico geral e ginecologista, por sinal era naquele momento um dos poucos médicos residentes na cidade, se tornando rapidamente uma figura popular e bem articulada socialmente. Pouco tempo depois, fez um breve retorno para Alagoas, onde se casou, em 12 de fevereiro de 1930, às margens do Mundaú de outrora, no engenho Dois Paus, com Luiza Maia Gomes, alagoana e filha de Eudócia Gomes e de José Maia Gomes, usineiro da região. Logo depois regressa a Borborema com sua esposa.

NAS MARGENS TIETÊ

Em Borborema, apesar de exercer as funções de médico, Calheiros foi uma figura presente nos debates por melhorias na cidade. Já em fins da década de 1920, Calheiros participou ativamente das reuniões que defendiam a criação de uma via férrea que passasse pela cidade, algo que culminara na fundação da Companhia de Estrada de Ferro Novo Horizonte, em 15 de outubro de 1929. Calheiros fora um dos fundadores e como também fez parte da direção da mesma, tendo assim ampliado suas redes de contato e sua popularidade na cidade. Esse prestígio seria ratificado no ano seguinte, quando em outubro de 1930, fora nomeado para o cargo de prefeito da cidade, pelo interventor do Estado de São Paulo, João Alberto.

Em 29 de dezembro de 1930, nasceu sua filha, que recebeu o nome de Marília, naquele momento Calheiros já era o prefeito da cidade. Foi também em Borborema que teve contato com os ideais socialistas, sua filha Marília relata em

seu livro de memórias, que o pai absorvera as ideias marxistas, através do contato com um sapateiro italiano que um dia o perguntara, se ele já havia lido o manifesto de Marx, Calheiros respondeu negativamente, tendo na vez seguinte que fora a capital, tratado de adquirir aquela obra e leu com muita atenção segundo ela. Vale citar aqui a passagem do livro em que ela relata que ouvira o pai dizer inúmeras vezes durante sua vida que após ler aquela obra, “sentira como se uma cortina de um novo mundo se abrisse para ele”.⁴

Ocupou o cargo de prefeito de Borborema até maio 1933, passando em sua gestão pelo conturbado período da Revolução 1932, quando em São Paulo houve um dos maiores conflitos militares ocorridos no Brasil. Como prefeito apoiou a causa dos paulistas, chegando a organizar uma comissão com intuito de receber donativos para a Revolução. O conflito terminou em fins de 1932, com a derrota dos revolucionários e tendo Vargas retomado o controle da situação no estado de São Paulo. Depois disso, voltou a exercer suas funções de médico na cidade, entretanto opta por voltar para o nordeste. Desta vez não voltaria para Alagoas, mas sim em Pernambuco. Segundo os relatos de Marília Calheiros, seus pais optaram pelo retorno ao nordeste, principalmente devido às dificuldades de comunicação com familiares. Tendo fixado residência em Jaboatão, a pouco mais que vinte quilômetros da capital.

NAS MARGENS DO JABOATÃO

Instalou-se com a família na Rua Barão de Lucena, na região central de Jaboatão, passando a trabalhar como médico nesta cidade, como também no Recife. Fora conquistando uma clientela fiel, que passou a respeitar seu trabalho, como também a sua pessoa. Estava mais próximo dos parentes de Alagoas, tendo neste momento ocorrido uma maior aproximação com a família de sua esposa, afinal a família Maia Gomes, com sua Usina Campo Verde, vivia um período de prosperidade econômica.

Em Pernambuco Calheiros, vai com o passar do tempo aprofundando sua

participação política. No primeiro semestre de 1935 foram iniciadas as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo Pernambuco recebido uma secção. Calheiros participava ativamente de suas reuniões em Recife e Jaboatão. Em meados deste ano sua mulher Luíza estaria esperando o seu segundo filho, tendo esta gestação sido conturbada devido aos acontecimentos políticos decorrentes do levante ocorrido em novembro do mesmo ano.

Ainda em 1935, se mudou para a Rua Bernardo Vieira de Melo, em Prazeres, na zona litorânea de Jaboatão, se afastando um pouco do centro da cidade, ao que indica com o intuito de oferecer um maior conforto para a família. Os embates políticos neste ano são intensificados, principalmente depois da adesão declarada do PCB⁵, ao movimento aliancista, tendo inclusive Luís Carlos Prestes figurado como líder da organização. A partir daí o governo Vargas iria passar a reprimir oficialmente tudo que fosse ligado à Aliança, após declarar a ilegalidade desta organização, dando início também a uma verdadeira caça às bruxas nas principais capitais do Brasil. Dentro deste contexto de perseguições e prisões, Calheiros é detido em 17 de agosto de 1935, por ordem da Inspetoria de Ordem Política e Social⁶, tendo prestado depoimento e ficado detido por dois dias. Foi novamente recolhido pela inspetoria em 7 de setembro de 1935, sendo dessa vez liberado no mesmo dia, após esclarecer questões com relação ao seu envolvimento com a ANL.

Calheiros bem escapou dos interrogatórios, afinal depois deste último, não fora mais chamado para depor na Inspetoria. A polícia, apesar de ter fortes indícios de seu envolvimento com os membros da ANL, não tinha provas concretas de suas ações, como também podia ter pensado que ele solto poderia ser mais útil por ser uma figura fácil de ser monitorada diariamente. Pelo que tudo indica foi em Pernambuco, após com seu contato com os articuladores da ANL, que Calheiros passou a se aproximar do Partido Comunista.

As tensões que marcaram o ano de 1935 tiveram como desfecho o levante no iniciado em Pernambuco no dia 24 de novembro, um dos focos principais da insurreição no país, ocorreu na recém-inaugurada Vila Militar Floriano Peixoto, em Jaboatão. Os pernambucanos viveram dois dias de tensão, período onde os insurretos dominaram o 29º BC em Jaboatão. Apesar disso, o movimento fora

marcado pelos desencontros, que não foram poucos. Os seus organizadores de fato erraram o cálculo, foram demasiadamente otimistas e/ou ingênuos ao acreditarem terem em suas mãos uma massa revolucionária disposta para a luta. Os levantes ocorridos em Natal, Jaboatão e no Rio de Janeiro, demonstraram a falta de articulação, como também de sincronia dos “revolucionários”, algo que nos faz até suspeitar do real poder dos comunistas dentro destes movimentos que ficaram restritos aos quartéis. Os planos dos aliancistas e comunistas tinham ido por água abaixo e nos dias seguintes aos levantes fora intensificada a vigilância pela polícia varguista, ao mesmo tempo em que teve início uma onda de prisões que iriam lotar as detenções nos estados onde havia estourado o movimento.

Com a derrota do movimento aliancista, Calheiros passou a ser um dos alvos da polícia política de Pernambuco, na época o chefe de polícia Malvino Reis iria decretar uma verdadeira caçada aos que tivessem qualquer envolvimento com a sedição. Teve assim que se esconder, passando um tempo num convento e depois em casas de conhecidos até que a poeira baixasse. Quatro dias depois do fim do levante, a casa de Calheiros fora revirada pelos policiais que estavam à procura não só dele, mas também de novas provas que o incriminasse. Sua mulher Luiza que estava nos meses finais de gestação, teve que passar por todo o constrangimento de ter sua casa invadida, além de ser interrogada sobre o paradeiro de seu marido, que segundo sua filha não informara nada aos policiais, tendo ainda dito aos policiais em bom tom que mesmo se soubesse de algo não diria.

Depois disso, sua esposa Luíza prevendo uma nova abordagem, quem sabe até mais agressiva que pudesse colocar em risco sua gravidez, decidiu ir para Alagoas, onde ficou resguardada pelos seus familiares. A angústia por notícias do marido faria com que os últimos meses de sua gestação fossem os mais tensos. Calheiros conseguiu fugir para Alagoas em fins de 1935, segundo informações da polícia, estava acompanhado pelo tenente Besouchet, que havia participado ativamente do levante em Jaboatão.

Ficou por alguns meses em Alagoas “escondido”, mesmo com a polícia sabendo do seu paradeiro, até que as coisas voltassem à normalidade. Enquanto a mulher ficava em Campo Verde, ele rondava pelas diversas fazendas do sogro,

fazendo visitas eventuais à mulher e a filha. Durante este período, mais exatamente ao meio dia, do dia 17 de fevereiro de 1936, Calheiros estava em companhia da mulher, afinal fora o dia que nasceu seu segundo filho. Tendo ele mesmo realizado o parto da esposa e determinou que a criança fosse registrada com o nome de Vladimir, em homenagem ao líder da revolução bolchevique. Acreditava que quando adulto, o filho daria continuidade ao projeto revolucionário do pai, foi mais uma utopia alimentada na mente do nosso personagem. O próprio Vladimir afirma em suas memórias que fora seu avô materno, o responsável por levá-lo ainda recém-nascido ao cartório da cidade de Muricí, em Alagoas, para registrá-lo. Para não fornecer indícios para a polícia de que o Calheiros estava por perto, o sogro mandou preencher o paradeiro do pai como desconhecido na certidão de nascimento.

Este período de refúgio teve fim ainda em 1936, quando decidiu voltar com a família para Pernambuco, mesmo com a insistência da mulher para que eles ficassem em Alagoas. Saíram de Jaboatão, passando a morar no bairro da torre na zona norte do Recife, um bairro na época de classe média.

NAS MARGENS DO CAPIBARIBE

Quando Calheiros retorna para Pernambuco, o clima de agitação no Recife já estava apaziguado, depois de uma série de prisões e deportações que foram feitas pela polícia de Vargas, que se aproveitara do estado de sítio⁷ para reprimir sem pudor qualquer sujeito que tivesse ligação com a insurreição ocorrida em novembro de 1935. No Recife, Calheiros se dedicou após voltar de Alagoas, ao que indicam os dados encontrados, às suas atividades profissionais, abriu um consultório na Rua da Palma, no centro do Recife, como também à sua família, não havendo em seu registro policial nenhum indício de envolvimento com as atividades clandestinas com os comunistas. Apenas com a reorganização do Partido Comunista em fins do Estado Novo, em meados de 1945, foi quando sua nome iria reaparecer na política pernambucana.

Quando teve início o processo de abertura política, é que Calheiros fora

apresentado pela primeira vez como membro de fato e declarado do PCB. Seu nome aparece numa nota do Jornal do Commercio, em fins de agosto de 1945, que informava a respeito da organização dos partidos em Pernambuco, tendo uma parte sido dedicada ao PCB. Com relação aos comunistas a informação que constava naquela data, era de que no começo de setembro seria inaugurada a sede da secção pernambucana do Partido Comunista. Calheiros fazia parte dela, assim como também fora uma figura de destaque na organização da célula dos intelectuais e profissionais liberais. Esta célula teve um papel fundamental nesta fase de reorganização do Partido, afinal os intelectuais e profissionais liberais, exerceram um papel importante no projeto de difusão da cultura política comunista. A polícia não estava alheia a essa retomada na organização do PCB, tendo monitorado suas articulações, constando inclusive no prontuário de Calheiros, algumas informações do ano de 1945. Os investigadores já sabiam de sua vinculação com o partido comunista, quando informa em sua ficha de registro que em 28 de junho de 1945 pertencia ao Comitê Estadual do Partido Comunista em Recife, assim como também recolhera na nota do Jornal do Commercio, já referida neste trabalho, informações referentes à sua participação da célula comunista de intelectuais e profissionais liberais.

A vida de Calheiros de fato havia se tornado muito tumultuada depois de sua adesão ao partido comunista, principalmente pelo papel de articulador que assumiu a partir da legalização do PCB. Em Pernambuco o Partido conseguiu rapidamente se fortalecer, afinal, o estado tinha uma tradição antiga que remete a fundação do Partido na década de 1920, mantendo esse posto na redemocratização. Neste período podemos ver o nome do Dr. Calheiros no Jornal Folha do Povo, que diariamente anunciava os trabalhos oferecidos pelo citado médico nos seus dois consultórios no Recife, era na verdade uma maneira de ajudar o Partido, que recebia pelos anúncios diários no jornal. Nas eleições para deputado estadual de 1947, Calheiros foi registrado como candidato pela legenda do PCB, ao lado de outros comunistas como de Adalgisa Cavalcanti, Amaro de Oliveira e Davi Capistrano. Nas eleições Calheiros consegue pouco mais que 850 votos, um número razoável se consideramos que o mesmo sequer chegou a fazer campanha política. Segundo os

relatos de sua filha Marília, o pai participava ativamente dos comícios do partido, porém, para pedir votos para os candidatos prioritários do Partido. Um fato interessante e que merece ser destacado é que os próprios familiares, inclusive a sua filha, eram contra a candidatura do pai nas eleições e até mesmo o Dr. Calheiros só participou das eleições por ordem do partido, que devido a sua popularidade poderia angariar votos para o PC que sem dúvidas, estava em ascendência na região metropolitana pernambucana e no algumas localidades do Brasil.

Devido ao número de votos que havia obtido nas eleições de janeiro, como também sua popularidade em Jaboatão, Manoel Calheiros fora indicado pelo partido, concorrendo desta vez ao cargo executivo de prefeito de Jaboatão, nas eleições de outubro de 1947. É preciso destacar que o Partido Comunista havia sido posto na ilegalidade em maio de 1947, tendo em Jaboatão os comunistas, optado por uma aliança com as lideranças do Partido Social Democrático (PSD) na cidade, para que assim fosse indicado o nome de Calheiros para o cargo de prefeito e de outros comunistas para preenchimento das vagas de vereadores.

Sendo assim, o PSD de Pernambuco lançou a chapa interpartidária composta por Manuel Calheiros para o cargo de prefeito e do promotor Aníbal Varejão como vice. É válido reforçar que Calheiros era uma figura de grande popularidade no município de Jaboatão, principalmente entre os ferroviários que representavam uma parte considerável do eleitorado na localidade. Essa escolha pelo médico Calheiros na verdade fazia parte da estratégia dos líderes do PSD, que buscavam manter a hegemonia do Partido em Pernambuco. É preciso também destacar que a principal liderança do PSD em Jaboatão, Aníbal Varejão, era o prefeito da cidade naquele momento, não podendo ter seu nome indicado para o cargo de prefeito, de acordo com a Constituição do Estado que foi aprovada em meados de 1947.

Após uma campanha acirrada, Calheiros conseguiu se eleger com quase 60% dos votos, derrotando Carlos Portela que fora indicado pela coligação da União Democrática Nacional (UDN) com o Partido Republicano Democrático (PRD). Com essa vitória Calheiros se tornou o primeiro comunista eleito para o cargo de prefeito no Brasil. A vitória de um comunista para a prefeitura de Jaboatão colocaria a cidade

no centro das atenções, afinal em tempos da Guerra Fria, teria elegido um comunista para gerir o executivo da cidade. Tendo a notícia se espalhado pelo Brasil, reforçando a fama do município de “Moscouzinho do Brasil”, algo que para muitos habitantes da cidade era motivo de vergonha, sendo considerada uma pecha.

Apesar dos contratempos e dos empecilhos impostos pelos opositores, Calheiros tomou posse na prefeitura de Jaboaão. Seus passos passaram as ser vigiados com maior intensidade pelos investigadores da polícia política, como é possível de observar em seu prontuário no acervo do DOPS. Grande parte dos documentos existentes na pasta de Calheiros corresponde ao período posterior às eleições de 26 de outubro de 1947, quando foi eleito prefeito em Jaboaão. Em geral sua gestão foi muito conturbada e com diversos obstáculos, pois Calheiros não contava com o apoio do Governo Estadual e até mesmo da Câmara Municipal local, que era composta em sua maior parte por opositores dos comunistas.

Deixou a prefeitura de Jaboaão em fins de 1950, quando acabou o seu mandato, provavelmente com um sentimento de impotência, por não ter conseguido mudar muita coisa naquela cidade. Este contato mais profundo com a vida política, fora suficiente para ir afastando-o nos anos seguintes da militância, tendo ainda durante a década de 50 participado da organização e divulgação de algumas campanhas alavancadas pelos comunistas, embora não sem grande destaque.

Manoel Calheiros vivenciou poucos anos depois o retorno de um regime repressivo após o Golpe Civil-Militar de 1964, que provavelmente fora também o golpe sacramental sofrido pela sua vida política. Durante os 21 anos de vigência do regime militar, Calheiros dedicou-se nos seus últimos anos de vida à medicina e a família. É interessante expor que ao final de sua vida teve ainda uma aproximação maior com a doutrina espírita, chegando a dar um depoimento no jornal espírita de Pernambuco, no início da década de 1970. Faleceu em 15 de junho de 1986, em decorrência do agravamento de seus problemas pulmonares. Deixou este mundo pouco tempo depois da abertura política e do fim dos anos de chumbo, precisava assim descansar desse mundo.

¹ Ao definir o termo Serge Bernstein, serve-se dos estudos de Jean François Sirinelli, que considera as culturas políticas como uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos nos seio de uma família ou de uma tradição

² SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Contribuição à história do açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

³ CALHEIROS, Vladimir. Contagem Regressiva: história e memória. Recife, Ed. Do autor, 1998.

⁴ Guerra, op. cit., p. 114.

⁵ Marly Vianna faz narra que em julho de 1934 foi realizada uma conferência nacional do Partido Comunista, cujo manifesto deixava clara a perspectiva política do grupo que conduziria os acontecimentos de novembro de 1935. Viana, op. cit., p. 75.

⁶ Pouco tempo depois de levante, ainda em 1935 esta delegacia passou a ter autonomia, ao ser passou a ser denominada Delegacia de Ordem Polícia e Social (DOPS).

⁷ Segundo Dulles: Graças ao estado de sítio autorizado por 30 dias pelo congresso, em 25 de novembro de 1935, os órgãos policiais puseram-se em campo, detendo qualquer pessoa suspeita de haver favorecido os levantes. As prisões se encheram com centenas de civis, apanhados de surpresa pelo inopinado dos acontecimentos. Dulles, op. cit., p. 14.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. Para uma História Cultural. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.

BEZERRA, Gregório. Memórias: primeira parte - 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CALHEIROS, Vladimir. Contagem Regressiva: história e memória. Recife, Ed. Do autor, 1998.

DULLES, J. W. F. O comunismo no Brasil: 1935-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). A Formação das Tradições (1889 - 1945). As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964). As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

FERREIRA, Jorge. Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/Eduff, 2002.

GUERRA, Marília Calheiros. Retalhos do Passado. Ed. do autor: Recife. 2007.

LEVILAIN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/Editora da

MOTTA, Rodrigo Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In: Rodrigo Sá Motta. *Culturas políticas na História: novos estudos*. BH: Argumentum, 2009.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SCHMIDT, Benito Bisso. "Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos". In: *Estudos Históricos*, n. 19. RJ, Ed. da FGV, 1997.

VICENT, Gerard. "Ser comunista? Uma maneira de ser". In: Antoine Prost e Gérard Vincent (orgs.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, vol. 5.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.